



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0007060-29.2010.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **ROBERTO ABRÃO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Claudio do Prado Amaral**

Vistos.

ROBERTO ABRÃO foi denunciado como incurso no artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro. A denúncia foi recebida em 14 de junho de 2020. O réu foi citado pessoalmente e ofereceu resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Foi realizada audiência, em que foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a condenação do acusado nos termos da denúncia. E a defesa pleiteou o decreto absolutório.

É o relatório.

Decido.

O acusado não foi ouvido em juízo. Na única oportunidade em que foi ouvido, na fase policial, o acusado admitiu que ingeriu bebida alcoólica antes de ser detido pela polícia.

O policial ouvido em juízo como testemunha confirmou que o acusado estava dirigindo o veículo referido na denúncia, e que admitiu ter ingerido bebida alcoólica.

O exame de dosagem alcoólica de fls. 08 confirma que o acusado tinha elevadíssima concentração de álcool no sangue, atingindo o limite necessário para a tipificação penal.

A alegação de que o acusado precisou dirigir o veículo porque sua acompanhante, Vera, passou mal enquanto dirigia - ainda que fosse crível, o que não é, tendo em vista que Vera é interessada no feito - não serve de excludente de ilicitude. Não está configurado o estado de necessidade, nem mesmo em tese.

Para a tipificação do delito, à época do fato, não havia necessidade de perigo de dano concretamente aferível.

Procede a acusação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

Passo a fixar a pena.

Fixo a pena no mínimo legal de 06 meses de detenção, 10 dias-multa e 02 meses de suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

Estabeleço o regime aberto para o início do cumprimento de pena.

Com base nos artigos 43 e 44 do Código Penal, substituo a pena privativa de liberdade por 06 meses de prestação de serviços à comunidade.

Estabeleço o valor do dia-multa no mínimo legal.

Para o caso de conversão da pena restritiva de direitos em pena privativa de liberdade, defiro o sursis, pelo prazo de 02 anos.

Ante o exposto, JULGA-SE PROCEDENTE o pedido contido na denúncia e condenando-se o réu ROBERTO ABRÃO à pena de 06 meses de prestação de serviços à comunidade, 10 dias-multa e 02 meses de suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor, por infração ao artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro.

P.R.I.C.

São Carlos, 23 de julho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**